



# CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Matéria:** Projeto de Lei nº 54/2023 (VETO Nº 11/23).

**Data:** 1º de novembro de 2023.

**Autoria:** Poder Executivo

**Súmula:** INSTITUI O ESTATUTO DA DESBUROCRATIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

#### 1. RELATÓRIO

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa, por iniciativa do Vereador Germano da Silva, e institui o Estatuto da Desburocratização no Município de Campo Largo.

A proposição em questão, trata de medidas para desburocratizar o atendimento ao público e o andamento dos processos no Poder Público de Campo Largo, por meio de medidas simples que podem trazer benefícios inúmeros aos usuários.

Sendo assim, o Projeto após tramitação e aprovação em Plenário, foi enviado ao Executivo que por meio de ofício o vetou em sua integralidade.

Nas razões do veto, o Senhor Prefeito informou que já existe Lei Federal que disciplina a matéria, e que, portanto, não haveriam razões para sancionamento de presente lei.

Ocorre que ainda que exista matéria compatível a nível Federal, este não seria motivo suficiente para que não se instituísse medida a nível Municipal, ademais por esta última tratar de forma mais aprofundada e completa do assunto.

Sendo assim, o Projeto, nos termos constitucionais, retornou a esta Câmara Legislativa para ser novamente apreciado, desta feita face aos argumentos empregados pelo Senhor Prefeito para a interposição do Veto.

Nessas condições, a propositura retorna ao exame desta Casa, nos termos do que estabelece o artigo 39, inciso X da Lei Orgânica do Município em conjunto com §4º do artigo 218 do Regimento Interno.

#### 2. PARECER



# CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Conforme já mencionado, nas razões do Veto, o Poder Executivo argumenta, em síntese, que já existe medida que trata da matéria em questão, a saber a Lei nº 13.726/2018, a qual “Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, Do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.”

Embora esteja correta a afirmação sobre a existência desta Lei, não há que se impedir a existência de Lei mais aprofundada a nível Municipal que regulamente a matéria, uma vez que é dever do Município legislar e suplementar a legislação vigente nos assuntos de interesse local, conforme se verifica no artigo 30 da Constituição Federal conforme se verifica:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

Sendo assim, não está o Município impedido de instituir normas regulamentadoras que vem a completar legislação já existente, uma vez que não está indo contra estas normas.

Ainda, nas suas razões, o Poder Executivo citou que é vedado ao Poder Legislativo interpor-se à gestão administrativa, no entanto, a Lei Orgânica Municipal, traz em seu artigo 40, a competência da Câmara Municipal de deliberar sobre diversas matérias de competência do Município, dentre elas a citada no inciso XV que vem a ser a “organização e prestação de serviços públicos”, conforme podemos verificar:

Art. 40 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, deliberar sobre as matérias de competência do Município, em especial: (NR)

XV - a organização e prestação de serviços públicos;

Sendo assim, só resta a esta comissão opinar pela inadmissibilidade do veto ao Projeto de Lei 54/2023, vez que é matéria de interesse popular, não contraria preceito constitucional e uma vez desconstruídas as razões do seu veto, merece prosperar e integrar o Ordenamento Jurídico Municipal.

Desta maneira, devem este parecer contrário e o veto ao Projeto de Lei 54/2023, serem submetidos à decisão soberana do Plenário desta Casa Legislativa pelos motivos acima expostos.

### 3. CONCLUSÃO



# CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

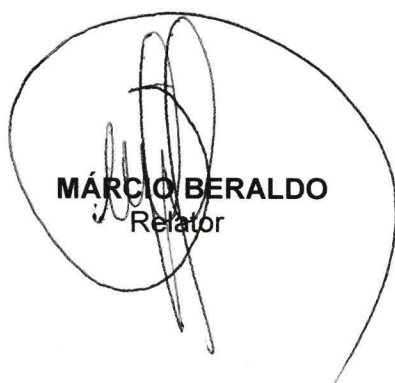
ESTADO DO PARANÁ

Face ao exposto, com amparo no art. 218, §9º do Regimento Interno, vota-se pelo recebimento e, no mérito pela **INADMISSIBILIDADE** do Veto ao Projeto de Lei nº 54/2023, no âmbito desta Comissão.

## RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada no dia 01 de novembro de 2023, votou pela **INADMISSIBILIDADE do Veto do Prefeito ao Projeto de Lei nº 54/2023, no âmbito desta Comissão.**

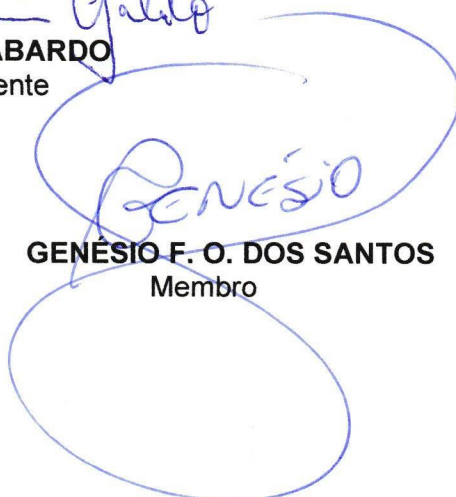
### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO



**MÁRCIO BERALDO**  
Relator



**ANDRÉ GABARDO**  
Presidente



**GENÉSIO F. O. DOS SANTOS**  
Membro